

**FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS EM
CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS**

ALAN JOHANSON

**LRF E A INFLUÊNCIA DOS FATORES POLÍTICOS NA GESTÃO DOS
RECURSOS PÚBLICOS:** Uma análise no resultado primário dos
municípios capixabas no período de 1998 a 2013.

**VITÓRIA
2016**

ALAN JOHANSON
LRF E A INFLUÊNCIA DOS FATORES POLÍTICOS NA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS: Uma análise no resultado primário dos municípios capixabas no período de 1998 a 2013.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), para fins de depósito de defesa como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração – Nível Acadêmico, na área de concentração Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Funchal

VITÓRIA
2016

ALAN JOHANSON

LRF E A INFLUÊNCIA DOS FATORES POLÍTICOS NA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS: uma análise no resultado primário dos municípios capixabas no período de 1998 a 2013

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Administração, da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração – Nível Acadêmico, na linha de pesquisa Administração Pública.

Aprovada em 19 de julho de 2016.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. BRUNO FUNCHAL
Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e
Finanças (FUCAPE)
Orientador

Prof^a. Dra. ARILDA MAGNA CAMPAGNARO TEIXEIRA
Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e
Finanças (FUCAPE)

Prof. Dr. DANILO MONTEMOR SOARES
Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e
Finanças (FUCAPE)

Dedico este trabalho aos meus pais, Ailton e Lídia, que nunca mediram esforços para me apoiar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder as oportunidades e capacidades necessárias para a realização desta jornada.

Aos meus pais que, não obstante todas as adversidades da vida, sempre se empenharam e me incentivaram para que eu pudesse estudar.

Ao Dr. Bruno Funchal, cuja orientação foi imprescindível para a realização deste trabalho.

A todos meus professores, pela dedicação e transmissão do conhecimento, que muito contribuíram para a minha formação.

A toda equipe da FUCAPE, principalmente os funcionários da biblioteca que sempre atenderam as solicitações com distinta presteza.

Aos colegas de turma do mestrado, especialmente aos amigos Luís Antônio Rangel e Ricardo Ishimura, pela cooperação e motivação que foram fundamentais para a conclusão do curso.

Ao amigo Bruno Pires, pela troca de ideias que muito contribuiu para a estruturação deste trabalho.

“O orçamento nacional deve ser equilibrado. As dívidas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos se a nação não quiser ir à falência”

Marco Túlio Cícero, 55 A.C.

RESUMO

A literatura da Escolha Pública aponta que normas fiscais são fundamentais para inibirem o uso oportunista do orçamento público. Neste contexto, este trabalho investiga se a Lei de Responsabilidade Fiscal foi relevante para mitigar a influência dos interesses político-partidários no desempenho fiscal dos municípios capixabas no período de 1998 a 2013, utilizando como indicador de desempenho fiscal o Resultado Primário. Por meio da metodologia de regressão com dados em painel com efeitos fixos, os resultados sugerem que a LRF foi relevante para inibir o comportamento oportunista de governantes municipais. A pesquisa revelou ainda que o desempenho fiscal dos municípios capixabas apresenta uma tendência deficitária nos anos eleitorais seguida por uma tendência superavitária nos anos pós-eleitorais, caracterizando, portanto, um comportamento cíclico em função do calendário eleitoral. Os resultados gerados contribuem para o controle social na melhor compreensão dos efeitos das normas fiscais e na sua missão de fiscalização do uso eficiente dos recursos públicos e de rejeição do oportunismo eleitoral/partidário.

Palavras-chave: Teoria da escolha pública. Ciclos políticos. LRF. Municípios do estado do Espírito Santo

ABSTRACT

Literature Public Choice points out that fiscal rules are fundamental to inhibit opportunistic use of public budget. In this context, this paper investigates the Fiscal Responsibility Law was relevant to mitigate the influence of partisan political interests in the fiscal performance of Espírito Santo municipalities from 1998 to 2013, using as fiscal performance indicator Fiscal Outcome. By regression methodology panel data, the results suggest that the Fiscal Responsibility Law was important to inhibit opportunistic behavior of the local incumbent. The survey also revealed that the fiscal performance of Espírito Santo municipalities presents a deficit trend in election years followed by a surplus trend in post-election years, featuring thus a cyclical behavior due to the voter calendar. The results generated contribute to the social control in the better understanding of the effects of fiscal rules and in its task of oversight efficient use of public resources and the rejection of electoral / partisan opportunism.

Keywords: Public choice theory. Political cycles. FRL. Espírito Santo municipalities.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	REVISÃO DE LITERATURA	15
	2.1 O MODELO OPORTUNISTA	15
	2.2 O MODELO PARTIDÁRIO	19
	2.2.1 – IDEOLOGIA PARTIDÁRIA NO BRASIL	21
	2.3 A COALIZÃO GOVERNISTA E O ALINHAMENTO INTERGOVERNAMENTAL	23
	2.4 NORMAS FISCAIS E OPORTUNISMO ELEITORAL	24
	2.5 PESQUISAS EMPÍRICAS SOBRE REGRAS FISCAIS	26
	2.6 RESULTADO PRIMÁRIO	29
3	METODOLOGIA DA PESQUISA	30
	3.1 COLETA DE DADOS	30
	3.2 MODELAGEM ESTATÍSTICA E DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS	31
4	RESULTADOS DA PESQUISA	35
	4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS	35
	4.2 ANÁLISES DOS RESULTADOS	36
5	CONCLUSÃO	44
	REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho investiga se a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, foi relevante para mitigar os efeitos político-partidários no desempenho fiscal dos municípios capixabas no período de 1998 a 2013, utilizando como indicador de desempenho fiscal o Resultado Primário. As evidências visam contribuir para o controle social na melhor compreensão dos efeitos das normas fiscais na gestão dos recursos públicos e de rejeição do oportunismo eleitoral/partidário.

O ano de 2015 registrou o pior resultado da economia nacional nos últimos 25 anos¹. Diante desta forte retração, na intenção de reforçar o caixa, estados e municípios postergaram até mesmo os repasses dos valores consignados em folha de pagamento aos bancos². Neste cenário, um membro do governo federal chegou a admitir que a crise foi agravada em decorrência dos erros cometidos pelo próprio governo na condução da política fiscal³.

Na literatura, a ideia de que os elementos políticos influenciam os rumos fiscais dos governos se fundamenta na Teoria da Escolha Pública. Em síntese, esta teoria rejeita a hipótese de que os agentes públicos pautam suas decisões pela imparcialidade visando o bem-estar geral. Com efeito, uma das premissas da Escolha Pública é a de que as pessoas que conduzem a gestão pública (*policymakers*) são tão motivadas pelos próprios interesses como qualquer outra pessoa (BUTLER, 2012).

¹ Valor Econômico, <http://www.valor.com.br/brasil/4464366/pib-cai-38-em-2015-pior-retracao-desde-1990> acesso em 07/03/2016

² O Globo, <http://oglobo.globo.com/economia/estados-municipios-fazem-pedaladas-com-salario-de-servidores-18054303>, acesso em 07/03/2016

³ O Globo, <http://oglobo.globo.com/brasil/erros-da-primeira-gestao-de-dilma-contribuiram-para-crise-diz-wagner-18381794>, acesso em 07/03/2016

Nesta linha, pesquisas anteriores têm buscado identificar as formas de interações entre variáveis políticas e a gestão do orçamento público. Estudo de Drazen (2001) destaca que, para explicar os efeitos políticos sobre a economia, as variáveis orçamentárias constituem uma base mais ajustada e convincente que as variáveis macroeconômicas, pois, trazem consequências mais explícitas ao eleitorado além de estarem mais sujeitas a manipulações. No mesmo sentido, estudo de Kneebone e Mackenzie (2001) aponta que as manipulações das variáveis orçamentárias têm maior realce nos governos subnacionais (estados e municípios), pois, tais governos não dispõem diretamente de outras variáveis econômicas como, por exemplo, política cambial e monetária para manipularem. No tocante aos municípios, Sakurai (2009) e Vicente e Nascimento (2012) ressaltam que características tais como a maior proximidade entre eleitorado e governo e em virtude de grande parte da demanda por recursos públicos recair diretamente sobre este nível de governo, podem melhor refletir as intenções dos governantes e melhor caracterizar os ciclos políticos.

No Brasil, em função do federalismo fiscal, a gestão das finanças dos governos subnacionais possui grande relevância sobre as políticas de estabilização econômica. Nos anos 1990, por exemplo, a má gestão fiscal verificada nos governos subnacionais minou parcialmente os esforços de ajustes impetrados pelo governo central (WERNECK, 1995).

Ainda em relação à descentralização fiscal, Ferreira e Bugarin (2001) destacam que a dependência das transferências intergovernamentais pode fazer com que os prefeitos incorram em risco moral (moral hazard). Pois, ao não se sentirem como responsáveis diretos pela arrecadação dos tributos objetos da repartição, podem remeter os custos dos ajustes fiscais à União e aos Estados. Assim estes aspectos

podem se configurar como um incentivo para as manipulações orçamentárias mediante os objetivos particulares e/ou partidários de governantes e consequentemente agravar os déficits fiscais (SOUZA, 2013).

Portanto, existe uma forte motivação para se analisar a interação entre os elementos políticos e os elementos de ordem econômica no âmbito dos municípios. Entretanto, nota-se um número reduzido de estudos a respeito desta interação em tais localidades. Especialmente em relação a estudos que conjuguem os efeitos das normas fiscais à referida interação.

Ante o exposto, tomando por base dados referentes à totalidade dos municípios capixabas no período de 1998 a 2013, o presente trabalho teve como objetivo geral investigar se a LRF foi relevante para inibir tanto o oportunismo fiscal decorrente do calendário eleitoral quanto o viés ideológico partidário sobre o desempenho fiscal dos municípios capixabas. Como objetivos específicos tem se: (I) investigar se há evidências de que o calendário eleitoral e a ideologia partidária exerceram influência no desempenho fiscal; (II) testar se mediante as restrições da LRF os municípios capixabas passaram a apresentar melhor desempenho fiscal nos anos eleitorais e; (III) testar se após a LRF o viés ideológico partidário sobre o desempenho fiscal foi mitigado.

A respeito da manipulação oportunista do orçamento, Buchanan (1997) aponta as normas fiscais como fator fundamental para inibir este tipo de ação por parte de governantes e assegurar a execução equilibrada do orçamento público. Souza (2013) aponta que as normas visam prover sustentabilidade à gestão dos recursos públicos, fazendo com que o equilíbrio fiscal se assegure como uma conduta não sujeita aos projetos particulares dos políticos.

No Brasil, a LRF, aprovada em 2000, visa estabelecer a responsabilidade na gestão dos recursos públicos nos três níveis de governo (MENEZES, 2005). Ademais, a LRF contém vários dispositivos que restringem a realização de despesas e endividamentos no ano eleitoral (BRASIL, LC 101/2000).

Logo, é razoável supor que tal norma desempenha papel de antagonista das manipulações fiscais promovidas por governantes, quer seja em função do oportunismo eleitoral quer seja em função do viés ideológico partidário (SOUZA, 2013). Contudo, não se tem encontrado estudos que testem se a LRF teve efeitos heterogêneos sobre o desempenho fiscal dos municípios, dependendo do calendário eleitoral e da ideologia partidária.

Em relação aos municípios capixabas, observou-se que no período de 1998 a 2013, 76% das prefeituras foram comandadas por prefeitos em primeiro mandato, ou seja, que possuíam incentivos eleitorais na condução da gestão. Por outro lado, foi verificado déficits fiscais recorrentes em cerca de 64% destas localidades. Esta situação fiscal precária, culminou, entre 2013 e 2014, na emissão de pareceres de alerta por parte do Tribunal de Contas do Estado para 91% das cidades capixabas⁴. Assim, torna-se relevante estudar a importância da LRF na gestão orçamentária municipal capixaba, um cenário marcado pela precariedade fiscal e de iminentes oportunismos políticos.

O restante desta pesquisa está dividido da seguinte forma: No Capítulo 2 são apresentados a sustentação teórica e empírica dos ciclos políticos econômicos e do papel das regras fiscais, bem como apresenta as hipóteses formuladas para os objetivos deste estudo. O Capítulo 3 traz a metodologia utilizada para coleta e análise

⁴ ES Hoje, http://www.eshoje.jor.br/conteudo/2014/07/politica/politica_capixaba/19606-mais-de-70-municipios-e-orgaos-estao-com-a-corda-no-pescoco.html, acesso em 07/03/2016

dos dados. O Capítulo 4 dedica-se a analisar os resultados dos dados da pesquisa. E por fim, no Capítulo 5 são apresentadas as conclusões decorrentes dos resultados e as sugestões para pesquisas futuras.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Pelo menos desde Downs (1957), os governos passaram a ser apontados como “instituições de concreto geridas por pessoas”. O autor argumenta que o objetivo principal dos governantes não é “fazer o bem”, mas sim, sua permanência no poder. Nesta empreitada, considerando que a evolução econômica também é uma determinante dos resultados políticos, os governantes agem de forma premeditada interferindo nos elementos econômicos a fim de sobrelevar seus programas pessoais e/ou partidários e assegurarem seu sucesso eleitoral (DOWNS, 1957).

Essa interação entre os elementos de ordem política e os elementos de ordem econômica comumente é denominada na literatura como ciclos políticos econômicos. A premissa básica desta abordagem é a de que a economia apresenta flutuações cíclicas quer sejam em função do oportunismo eleitoral dos governantes – modelo oportunista - quer sejam em função de seus programas ideológicos partidários – modelo partidário (FIALHO, 1999).

Ainda na interação entre política e economia, Coelho (2004) destaca que o ambiente político institucional caracterizado por aspectos como o grau de coesão no poder e as regras institucionais exerce papel de destaque, pois, afeta todos os agentes do arcabouço político e econômico. Como por exemplo, as regras institucionais podem restringir a margem de manipulação de governantes sobre o orçamento público.

2.1 O MODELO OPORTUNISTA

O estudo de Frey e Lau (1968) apresenta um modelo matemático destinado a explicitar empiricamente a ocorrência dos ciclos políticos econômicos. Em essência, o modelo é baseado nas seguintes premissas: (I) as variáveis econômicas afetam

diretamente o bolso dos eleitores e, por conseguinte, o nível de aprovação pública dos governantes; (II) a aprovação pública – popularidade - é fator determinante nas reeleições dos governantes; (III) cientes de que governar acarreta na deterioração natural da popularidade ao longo do tempo, os governantes, no período próximo às eleições se utilizam dos instrumentos econômicos a seu dispor para aumentarem sua popularidade; (IV) Quanto menor for a popularidade do governo maior será a intensidade do ciclo.

Sob uma perspectiva similar, Nordhauss (1975) por meio da análise do comportamento de governantes no período de 1947 a 1972 em 09 (nove) sistemas democráticos diante do dilema de inflação e desemprego (curva de Phillips) apresentou um modelo para avaliar a ocorrência de ciclos políticos oportunistas.

Para Nordhauss (1975) as políticas econômicas são delimitadas com base no instinto de sobrevivência política dos gestores, isto é, visando êxito nas eleições. O autor assume que, de forma geral, os eleitores tendem a se preocuparem mais com o seu próprio bem-estar do que com o geral. Com isso, preferem baixos índices de desemprego, sendo a preocupação com a inflação secundária. Cientes destes fatores, os governantes, movidos pelo anseio de sucesso nas urnas, tendem a se valer do oportunismo fiscal por meio de políticas expansionistas (aumento das taxas de emprego mediante aparente crescimento econômico).

O modelo também estabelece que eleitores possuem memória econômica curta e atribuem maior ênfase ao desempenho recente dos governantes. Com isso, premiam os mandatários que conseguirem prover altos índices de emprego no período próximo às eleições. Contudo, no período pós-eleitoral, estes altos índices de emprego motivarão o crescimento elevado da inflação. Neste período, o governante

adotará política contracionista visando controlar o aumento generalizado dos preços (NORDHAUSS, 1975).

É por meio destes mecanismos que Nordhauss (1975) aponta os malefícios dos ciclos políticos oportunistas. Considerando que, os preços não retornam aos seus patamares iniciais, ao longo do tempo, as flutuações politicamente motivadas da economia contribuirão, de fato, para o aumento da inflação e não para a redução do desemprego ou crescimento econômico.

Neste sentido, o modelo de Nordhauss (1975) possui os seguintes pressupostos:

(I) A preocupação primordial do governante é seu sucesso eleitoral (fatores como a ideologia e a coalizão são desprezados); (II) os eleitores desconhecem os reais efeitos das políticas macro econômicas e são suscetíveis a serem enganados, portanto, votam considerando a performance econômica do período eleitoral; (III) A ignorância dos eleitores atrelada à capacidade dos governantes de manipularem as variáveis de inflação e desemprego possibilitam a existência do ciclo político econômico; (IV) o ciclo político econômico é caracterizado pelo expansionismo nos anos eleitorais e pelo contracionismo fiscal nos anos pós eleitorais.

Por outro lado, o estudo Mccallum (1978) apresenta uma perspectiva distinta. Baseando-se no trabalho de Sargent e Wallace (1975), Mccallum critica diretamente a pesquisa de Nordhauss e não considera plausível os eleitores serem enganados continuamente sem perceber o ciclo induzido da economia em virtude do calendário eleitoral. Para Mccallum, os eleitores, na verdade, se deixam enganar, pois, votam no candidato que lhes sinalizam mais benefícios. Ademais, o autor aponta que não é coerente assumir que os governantes são plenamente capazes de manipular a inflação e o desemprego de forma cíclica, pois, há muitos aspectos nestas variáveis que lhes fogem ao controle.

Seguindo esta linha de expectativas racionais, o estudo de Rogoff (1990) aponta a assimetria de informação dos eleitores em relação a real competência dos governantes como fator determinante dos ciclos políticos econômicos. Este modelo também é mais condizente com os objetivos do presente estudo, pois, apresenta os elementos do orçamento como meio de manipulação eleitoral oportunista por parte dos governantes.

Diferentemente do modelo oportunista de Nordhauss, o modelo oportunista racional proposto por Rogoff (1990) considera que os eleitores são racionais e votam de forma estratégica, visando premiar aquele que é capaz de sinalizar maior competência. Contudo, possuem informações imperfeitas a respeito da competência fiscal dos governantes. Devido a esta assimetria de informação, a percepção do desempenho dos governantes está relacionada com os fatores que são mais evidentes ao eleitorado em determinado tempo.

Neste sentido, a percepção assimétrica por parte do eleitorado incentiva os governantes, em anos eleitorais, a induzirem a execução do orçamento para os itens mais visíveis ao eleitorado a fim de sinalizarem sua qualificação e assim, maximizarem suas chances de reeleição. Já nos anos não eleitorais, como não há o incentivo para sinalização de competência a política fiscal segue seu curso normal (Rogoff, 1990).

Em síntese, o modelo de Rogoff (1990) possui os seguintes pressupostos: (I) A preocupação primordial dos governantes é o sucesso eleitoral, para isso necessitam sinalizar sua eficiência aos eleitores; (II) Os eleitores são racionais e conhecem o ambiente político-econômico, porém, há defasagem na informação da real competência e desempenho dos governantes; (III) Ao invés da política monetária e cambial, a política fiscal é o instrumento utilizado pelos governantes para sinalizar competência; (IV) Em anos eleitorais, valendo-se da assimetria de informação, os

governantes realizam grande volume de gastos que são mais visíveis (populares) aos eleitores, gerando e/ou aumentando os déficits fiscais; (V) Fora do período eleitoral, por não haver incentivo de sinalização, não há distorção da política fiscal. Com isso, há tendência de redução dos déficits e/ou geração de superávits fiscais.

2.2 O MODELO PARTIDÁRIO

Com base no pressuposto de que, ao invés de serem oportunistas com fins estritamente eleitorais, os políticos se dedicam essencialmente a atender os interesses e preferências econômicas das classes definidas como suas bases eleitorais, Hibbs (1977) apresentou o modelo partidário dos ciclos políticos econômicos. Para testar as hipóteses de seu modelo, o autor tomou por base o trade off inflação-desemprego em democracias capitalistas no período pós 2º guerra mundial.

Neste sentido, a partir de evidências empíricas de os efeitos da inflação e do desemprego diferem dependendo da classe social, a análise de Hibbs (1977) aponta que, os partidos de direita geralmente dão maior ênfase ao controle da inflação, pois, refletem os interesses das classes de maior poder aquisitivo. Por outro lado, os partidos de esquerda que tradicionalmente possuem como base eleitoral as classes de menor poder aquisitivo estão mais dedicados ao combate do desemprego são menos zelosos com o controle da inflação.

No modelo partidário de Hibbs (1977) os eleitores adotam comportamento retrospectivo míope no momento do voto. Desta forma, o desempenho recente do governante possui maior peso para seu sucesso eleitoral. Contudo, o que caracteriza as flutuações politicamente motivadas da economia não é o período eleitoral, mas sim, a ideologia partidária do governante. Pois, enquanto os partidos de direita sempre

serão mais propensos ao combate à inflação os partidos de esquerda sempre estarão mais voltados à redução do desemprego.

Uma evolução do modelo partidário de Hibbs (1977) é o estudo de Alesina (1987) que introduziu expectativas racionais ao modelo partidário. Segundo este modelo, os eleitores ao invés de adotarem comportamento retrospectivo são racionais (votam de forma estratégica) e, portanto, possuem consciência da forma como os partidos direcionam a economia em função de suas respectivas ideologias.

A análise de Alesina (1987) baseou-se na tomada de decisões de políticas econômicas no sistema bipartidário dos Estados Unidos da América. Uma das conclusões apresentadas é que, em âmbito federal, os governos Democratas tendem a implementar políticas mais expansionistas enquanto que os Republicanos adotam políticas contracionistas. Como os eleitores são conhecedores da postura do partido, irão se planejar financeiramente de acordo com as expectativas de vitória de cada partido e não ficarão restritos à análise retrospectiva míope da administração do partido que está no poder.

Neste modelo, apesar dos ciclos econômicos serem decorrentes das diferentes ideologias partidárias, o que de fato os determina é a incerteza dos resultados eleitorais. Pois, é este grau de incerteza que definirá o nível de erro do planejamento dos agentes racionais e conseqüentemente a intensidade dos ciclos políticos econômicos partidários (ALESINA, 1987).

Em síntese, os modelos partidários de Hibbs (1977) e Alesina (1987) se fundamentam, essencialmente, nas seguintes premissas: (I) O objetivo primordial do governante é colocar seu programa ideológico em prática; (II) O programa ideológico representa os interesses das respectivas bases eleitorais; (III) As bases eleitorais são formadas de acordo com a classe social; (IV) O perfil ideológico será distinto entre

cada partido e coerente com as suas respectivas bases eleitorais não obstante o calendário eleitoral; (V) Partidos de esquerda tendem a ser mais intervencionistas e a gerar mais déficits que os partidos de direita.

2.2.1 – IDEOLOGIA PARTIDÁRIA NO BRASIL

Não obstante o senso comum considerar que no sistema multipartidário brasileiro predominam partidos ideologicamente indiferentes cujos membros não demonstram consistência nos posicionamentos (ARVATE et al, 2008), na literatura de ciência política, há resultados não condizentes com tal senso.

Estudo de Kinzo (1993) aponta que pelo menos os maiores partidos como PMDB, PFL, PSDB, PT, PDT e PTB têm demonstrados posicionamentos consistentes. Segundo o autor, isto indicaria uma possível consolidação do perfil ideológico destes partidos.

Analisando o padrão de votação na Câmara dos Deputados no período de 1989 a 1994, o estudo de Figueiredo e Limongi (1999) indica que os partidos tendem a ser coesos nas votações. Segundo os autores, este padrão permite classificar os partidos brasileiros como de esquerda, de centro e de direita.

Rodrigues (2002) estudou a base social das bancadas do PPB, do PFL, do PMDB, do PSDB, do PDT e do PT na 51ª Legislatura (1999-2003) da Câmara dos Deputados, classificando os partidos como de esquerda, de centro e de direita. Os resultados demonstram que especialmente no tocante às ocupações profissionais e nível patrimonial, as bancadas analisadas são consistentes com os padrões ideológicos tradicionais de esquerda e direita. Sendo que os empresários e os

servidores públicos de alto escalão estão concentrados nos partidos de direita e de centro bem como aqueles que possuem alto nível patrimonial.

O estudo de Arvate et al (2008) investigou os efeitos da ideologia sobre os resultados primários dos estados brasileiros classificando os partidos como de esquerda, de centro ou de direita. Os autores indicam que em sistemas multipartidários, como o Brasil, cujos partidos, em tese, nem sempre apresentam consistência ideológica adequada, tal classificação constitui uma base mais ajustada para fins empíricos que outras formas de classificação tais como: esquerda, centro esquerda, centro, centro direita e direita.

A partir de tais fundamentos, no presente estudo, a definição ideológica dos partidos políticos nas categorias: esquerda, centro e direita, baseou-se na classificação efetuada por Coppedge (1997); Rodrigues (2002); Carreirão (2006); Avarte et al (2008); Zucco Jr. (2011) e Menezes et al (2012), conforme é demonstrado no Quadro 1:

QUADRO 1 – CLASSIFICAÇÃO IDEOLÓGICA DOS PARTIDOS BRASILEIROS

SIGLA	NOME DO PARTIDO	Ideologia
DEM	Democratas	Direita
PC do B	Partido Comunista do Brasil	Esquerda
PDT	Partido Democrático Trabalhista	Esquerda
PFL	Partido da Frente Liberal	Direita
PL	Partido Liberal	Direita
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	Centro
PMN	Partido da Mobilização Nacional	Esquerda
PP	Partido Progressista	Direita
PPB	Partido Progressista Brasileiro	Direita
PPS	Partido Popular Socialista	Esquerda
PR	Partido da República	Direita

PRN	Partido da Reconstrução Nacional	Direita
PRP	Partido da Renovação Popular	Direita
PSB	Partido Socialista Brasileiro	Esquerda
PSC	Partido Social Cristão	Centro
PSD	Partido Social Democrático	Direita
PSDB	Partido Social Democrático Brasileiro	Direita
PT	Partido dos Trabalhadores	Esquerda
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	Direita
PV	Partido Verde	Esquerda

Fonte: Adaptado de Arvate et al (2008)

Tal como em Arvate et al (2008), em virtude da adoção do centro político como categoria residual, os partidos definidos na literatura como centro-esquerda e centro-direita, foram classificados respectivamente como esquerda e direita.

De acordo com os objetivos deste trabalho, o quadro acima contempla somente partidos políticos que tiveram prefeitos à frente dos municípios capixabas no período de análise. Os partidos: PHS, PRB, PRTB, PSDC, e PT do B foram desconsiderados em virtude da ausência de classificação ideológica para os mesmos nos estudos tomados como base.

2.3 A COALIZÃO GOVERNISTA E O ALINHAMENTO INTERGOVERNAMENTAL

No campo de interação entre política e economia, a similaridade partidária entre níveis distintos de governo e a coalizão governista também merecem ser destacados.

A respeito da coalizão governista, Tsebelis (1995) argumenta que governos com maioria no legislativo são mais inclinados a gerarem déficits fiscais. O autor aponta que a coesão governamental tende a acarretar concessões financeiras – para agradar os parlamentares governistas – e maior crescimento do gasto público.

Estudo de Bittencourt e Hildreth (2003) destaca que em troca do apoio político, as distintas coligações podem fazer reivindicações tipicamente “clientelistas” ao Poder Executivo. Os autores apresentam fundamentos empíricos que esta troca de favores implica no aumento de diferentes despesas públicas.

Em relação ao alinhamento intergovernamental, Cossio (2001) ao estudar a conduta fiscal dos estados brasileiros argumenta que a suposição geralmente aceita é que a similaridade partidária permite acesso a um volume maior de transferências intergovernamentais e com isso abre margem para os expansionismos fiscais e os déficits. Contudo, surpreendentemente os resultados da pesquisa apresentaram indícios que a similaridade partidária entre Governador e Presidente implica em maiores probabilidades de obtenção de superávits fiscais.

Estudo de Arvate et al (2008) também apresenta resultados que indicam que governadores alinhados com o Presidente da República têm maiores probabilidades de realizarem melhores resultados primários. Os autores também narram que este não era o resultado esperado, uma vez que a literatura tradicional aponta que a solidariedade partidária tende de acarretar expansionismos fiscais.

2.4 NORMAS FISCAIS E OPORTUNISMO ELEITORAL

Os recorrentes déficits fiscais e o aumento do endividamento ocorridos em uma série de países nos anos de 1970 e 1980 fizeram com que as regras que estabelecem condicionantes ao gasto público passassem a ser vistas, pela sociedade, como imprescindíveis para eliminar as tendências deficitárias e não deixar o orçamento público sob o arbítrio dos grupos políticos que estão no poder (MILESI-FERRETI, 2004).

Dispositivos inerentes às normas fiscais tais como o dever de buscar superávits e manter um bom desempenho fiscal, sujeitam os governantes à abdição de recursos que poderiam ser utilizados em programas de grande impacto eleitoral. Estes recursos se estivessem plenamente sob o crivo discricionário de governantes, poderiam facilmente ser utilizados com fins oportunistas. Neste sentido, é coerente pressupor que há relevante antagonismo entre regras fiscais e os interesses político-partidários de governantes (SOUZA, 2013).

No Brasil, a LRF trouxe uma série de instrumentos para limitar a margem de manipulação fiscal por parte de governantes, e prover maior eficiência no emprego dos recursos públicos. Dentre estes instrumentos destacam-se a implementação da atividade planejada intertemporal caracterizada pela integração dos planos orçamentários (Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual), limitações para o último ano de mandato (eleitoral), além dos limites determinados para a despesa de pessoal e endividamento (LUQUE E SILVA, 2004).

Em linha com o pressuposto de *enforcement* apresentado por Inman (1996), a lei dispõe de vários dispositivos para assegurar sua efetiva observância como, por exemplo, a previsão de penalidades previstas na Lei de Crimes Fiscais (Lei Federal nº 10.028, de 19 de outubro de 2000), que variam desde multa, perda de mandato e até detenção/reclusão. Também é dado ao cidadão caráter de parte legítima para representar junto aos órgãos competentes a infringência de quaisquer dispositivos da LRF (BRASIL, LC 101/2000, art. 73-A).

De forma mais específica, no que se refere ao ano eleitoral, a lei veda que os mandatários aumentem a despesa com pessoal nos últimos 180 dias de mandato. Neste período, a lei também proíbe a realização de qualquer espécie de despesa que não tenha o correspondente lastro financeiro. No último ano de mandato, está vedada

ainda a contratação de operação de crédito por antecipação de receita (BRASIL, LC 101/2000).

Mediante tais constatações, foram formuladas as seguintes hipóteses para testar, no presente estudo, se a LRF foi relevante para mitigar o oportunismo fiscal no ano eleitoral bem como para inibir o viés ideológico partidário sobre o resultado primário dos municípios capixabas:

H1: Há uma relação direta entre ano eleitoral pós LRF e resultado primário.

H2: Há uma relação direta entre ideologia partidária pós LRF e resultado primário.

2.5 PESQUISAS EMPÍRICAS SOBRE REGRAS FISCAIS

Não obstante as regras fiscais visarem assegurar a gestão eficiente e responsável dos recursos públicos, utilizando dentre outros mecanismos, a limitação da discricionariedade fiscal dos governos (VON HAGEN, 2002), a literatura empírica vem apresentando resultados controversos a respeito da eficácia desta espécie de norma.

Poterba (1992) analisou os determinantes dos déficits orçamentários dos governos estaduais norte americanos no final dos anos de 1980. Uma das conclusões apresentadas é que normas de orçamento equilibrado, isto é, que preconizam unicamente a equivalência anual entre receitas e despesas, são ineficazes sob a ótica da sustentabilidade fiscal. O estudo indica que sob a égide desta espécie de normas, os governantes podem recorrer a artifícios típicos de gerenciamento de resultados

como a utilização de algum empréstimo cuja receita é computada no ano corrente, porém, sua amortização será efetuada somente nos exercícios fiscais seguintes.

Von Hagen e Wolff (2006) apresentam conclusões similares ao estudarem os efeitos do Pacto de Estabilidade e Crescimento – PEC na União Europeia. Os resultados demonstram que quando o desempenho fiscal não está em conformidade com o estipulado na norma, os governantes se valem de uma série de “ajustes” para se adequarem à norma. Com isso os autores concluem que as regras fiscais são vulneráveis à contabilidade criativa e que os “ajustes” comprometem seriamente a eficácia das normas.

Menezes (2009) estudou as influências da LRF sobre as despesas e o saldo orçamentário dos municípios brasileiros. Uma das conclusões apresentadas é que apesar da LRF ter contribuído para melhorar o equilíbrio orçamentário, não foi relevante para garantir uma melhoria na composição do gasto público em virtude do aumento contínuo dos gastos com pessoal.

O estudo de Giuberti (2005) também investigou os impactos da LRF sobre as despesas dos municípios brasileiros. De forma inesperada, os resultados indicam que os limites definidos na LRF para as despesas com pessoal, por estarem acima da média dos gastos verificados nos municípios, possibilitaram que a grande maioria dos municípios aumentassem seus gastos, sem, contudo, descumprir a LRF.

O estudo de Fioravante et al (2006) apresentou a mesma linha de considerações, todavia, de forma ainda mais incisiva. Mediante análise dos dados dos municípios brasileiros, os autores afirmam que houve “erro de calibragem” na estipulação dos limites, o que acarretou em um “efeito manada” nos gastos.

Por outro lado, Nakaguma e Bender (2006) ao analisarem as influências da LRF sobre as receitas e despesas dos estados brasileiros denotam resultados que indicam o contrário. Os resultados demonstram que a LRF foi relevante para a redução das despesas de custeio e aumento da receita tributária dos Estados. Neste sentido, os autores concluem que a LRF foi relevante para a melhor alocação do gasto público.

O trabalho de Dalmonech, Teixeira e Sant'Anna (2001) analisou os impactos da LRF no crescimento econômico dos estados brasileiros no período de 2000 a 2004. Os resultados indicam que o limite único de gastos com pessoal para todos os estados permitiu aumento destes gastos nos estados de menor capacidade fiscal sem que esse aumento promovesse o crescimento econômico refletido por meio variação do PIB estadual. Neste contexto, os autores sugerem que a LRF pode ter dado margem para os políticos colocarem seus programas particulares em prática em prejuízo do crescimento econômico.

O resultado financeiro das capitais dos estados brasileiros no período pós LRF (2000-2012) foi analisado por Freitas e Teixeira (2015). Uma das conclusões apresentadas é que a LRF contribuiu para o aumento da arrecadação própria, afetando positivamente a sustentabilidade financeira das cidades capitais brasileiras.

Contudo, apesar das relevantes contribuições dos trabalhos supracitados para a melhor compreensão dos efeitos da LRF sobre a gestão dos recursos públicos, não se tem encontrado trabalhos que observaram se a LRF foi relevante para inibir os interesses político-partidários sobre o desempenho fiscal. Neste sentido, a fim de contribuir no preenchimento de tal lacuna, utilizando como indicador do desempenho fiscal o resultado primário, este estudo avalia se a LRF, dependendo do calendário eleitoral e da ideologia partidária, teve efeitos heterogêneos sobre o resultado primário dos municípios capixabas.

2.6 RESULTADO PRIMÁRIO

Em que pese haver diversos resultados que podem ser apurados a partir dos orçamentos e balanços públicos tais como: resultado orçamentário e resultado financeiro, na LRF foram selecionados os resultados fiscais (Primário e Nominal) como metas principais a serem alcançadas para fins de sustentabilidade da atividade financeira estatal. Em suma, estes resultados medem as necessidades de financiamento do setor público (OLIVEIRA, 2013).

O resultado primário é uma das principais metas fiscais impostas pela LRF. Em síntese, o resultado primário indica se as fontes primárias, em que o governo não contrai obrigação futura (ou dívida), são suficientes para fazer frente às suas despesas não financeiras (CARVALHO JR; FEIJÓ, 2015). Com isso, evita-se que os déficits sejam mascarados por meio da utilização de empréstimos e outras receitas meramente financeiras, conforme foi evidenciado por Porterba (1992).

Na literatura nacional, o resultado primário é usualmente utilizado como indicador para mensurar o desempenho fiscal. Os estudos de Cossio (2001), Botelho (2002) e Sakurai (2005) são alguns exemplos.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 COLETA DE DADOS

O conjunto longitudinal dos dados é constituído por período anterior (1998-2000) e posterior à LRF (2001-2013). A delimitação do período anterior à LRF no exercício de 1998 foi imposta pela disponibilidade dos dados constantes no FINBRA – Finanças do Brasil para apuração do Resultado Primário. Já a definição do período posterior a partir do exercício de 2001 ocorreu em virtude de ser este o primeiro exercício no qual foi executado um orçamento totalmente elaborado sob os ditames da LRF, que foi sancionada no decorrer do exercício de 2000.

A amostra corresponde à totalidade dos municípios capixabas, o que equivale a 78 municípios. Os dados contemplam informações contábeis, eleitorais, econômicas e demográficas.

As informações contábeis foram coletadas partir das informações do FINBRA disponibilizadas no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional -STN; as informações eleitorais foram extraídas a partir do sítio do Tribunal Superior Eleitoral –TSE, as informações demográficas foram obtidas no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e os dados do Produto Interno Bruno – PIB foram coletados a partir do sítio do Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN.

As variáveis contábeis e o PIB são apresentados como quocientes da Receita Total. Esta definição tem por objetivo preservar o peso relativo dos itens da despesa e da receita ao longo dos anos além de permitir a comparação entre as variáveis e entre os municípios, assim como foi feito por Souza (2013) e Vicente e Nascimento (2012).

Os dezesseis anos da amostra (1998 a 2013) multiplicados pelo total de 78 municípios perfazem um total de 1.248 anos. Contudo, houve limitação na coleta de dados para o Resultado Primário e demais variáveis contábeis. Desta forma, o número de observações para estas variáveis totalizaram 1.206 observações. Já para as variáveis pertinentes à ideologia partidária, em virtude da exclusão dos partidos sem classificação ideológica, totalizaram 1.179 observações. Quanto ao PIB, as observações totalizaram 1.114 em virtude da ausência de dados referentes ao exercício de 1998.

3.2 MODELAGEM ESTATÍSTICA E DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS

A fim de verificar se a LRF inibiu o oportunismo fiscal bem como o viés ideológico partidário sobre o desempenho fiscal dos municípios capixabas, foram estimadas regressões por meio da técnica de dados em painel com efeitos fixos. Os dados em painel podem detectar e medir efeitos melhor do que quando a observação é feita mediante corte transversal puro ou série temporal pura e, desta forma, enriquecer a análise empírica (GUJARATI, 2006).

Como *proxy* do desempenho fiscal dos municípios capixabas, foi adotada como variável dependente o Resultado Primário - RESPRI, apurado conforme o disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF (BRASIL, 2014), a partir dos dados coletados das receitas e despesas dos municípios capixabas no período de 1998 a 2013 mediante a seguinte relação:

$$\text{Resultado Primário} = \text{Receita Primária} - \text{Despesa Primária}$$

Onde:

Receita Primária = (Receita Total – Aplicações Financeiras – Receitas de Operações de Crédito – Receitas de Amortização de Empréstimos – Receitas de Alienação de Bens); e

Despesa Primária = (Despesa Total – Despesas de Juros e Encargos – Concessões de Empréstimos - Despesas de Amortizações).

O modelo utilizado nas estimativas foi o seguinte:

$$ResPri_{it} = \beta_i + \beta_1 ELE_{it} + \beta_2 POSELE_{it} + \beta_3 Esquerda_{it} + \beta_4 Direita_{it} + \beta_5 LRF_{it} + \beta_6 LRFELE_{it} + \beta_7 LRFDireita_{it} + \beta_8 LRFEsquerda_{it} + \beta_9 PREFGOV_{it} + \beta_{10} PRESREF_{it} + \beta_{11} PREFLEGI_{it} + \beta_{12} Pessoal_{it} + \beta_{13} RecTrib + \beta_{14} IDHM_{it} + \beta_{15} POP + \beta_{16} PIB + \varepsilon_{it}$$

Em que:

No modelo, $i = 1, 2, \dots, 78$ são os Municípios, $t = 1998, 1999, \dots, 2013$ são os anos e ε é o erro, ou seja, a variação não explicada pelo modelo.

As descrições das variáveis explicativas constantes no modelo estatístico, bem como a relação esperada com o resultado primário do município, estão descritas no quadro 2:

Quadro 2 – Descrição das Variáveis

Variáveis de Interesse			
Variável	Descrição	Relação	Fundamentação Teórica
<i>ELEITORAL</i> – Ano Eleitoral	Variável dummy que capta os efeitos do ano eleitoral. Assume valor 1 (UM) se o ano for eleitoral e 0 (ZERO) caso contrário	Inversa	Condizente com o modelo de Rogoff (1990), Kraemer (1997) e Cossio (2001) encontraram evidências de que os anos eleitorais tendem a ser mais deficitários. Desta forma, espera-se um efeito negativo dos anos eleitorais no o resultado primário.
<i>POS_ELEITORAL</i> – Ano Pós Eleitoral	Variável dummy que capta os efeitos do ano pós-eleitoral. Assume valor 1 (UM) se o ano for pós-eleitoral e 0 (ZERO) caso contrário.	Direta	Sakurai (2005) e Nakaguma e Bender (2010) encontraram evidências de maiores esforços fiscais nos anos pós-eleitorais. Com isso, há maiores probabilidades de ocorrência de resultados primários superavitários ou menos deficitários nestes anos.

<i>DIREITA</i> – Partido de Direita	Variável dummy que capta os efeitos da ideologia de direita. Assume valor 1 (UM) se o partido do Prefeitos for de direita 0 (ZERO) caso contrário.	Direta	Resultados de Arvate et al. (2008) indicam que governos estaduais de direita produzem melhores resultados primários. Desta forma, em relação aos municípios, espera-se uma relação direta quando o prefeito pertencer a partido de direita e uma relação inversa quando o prefeito pertencer a partido de esquerda.
<i>ESQUERDA</i> – Partido de Esquerda	Variável dummy que capta os efeitos da ideologia de esquerda. Assume valor 1 (UM) se o partido do Prefeito for de esquerda e 0 (ZERO) caso contrário.	Inversa	
<i>LRF</i> – Lei de Responsabilidade Fiscal	Variável dummy que capta os efeitos da LRF. Assume valor 1 (UM) nos anos posteriores à LRF (2001-2013) e 0 (ZERO) nos anos anteriores (1998-2000).	Direta	Resultados de Nakaguma; Bender (2006) apontam a LRF como um instrumento efetivo para a redução das despesas de custeio dos Estados. Neste sentido, espera-se um efeito positivo da LRF sobre o resultado primário dos municípios.
<i>LRF.ELEITORAL</i> – O ano é pós LRF e eleitoral	Variável dummy que capta os efeitos conjuntos da LRF e do ano eleitoral. Assume valor 1 (Um) se o ano for pós LRF e eleitoral e 0 (ZERO) caso contrário	Direta	Os estudos de Buchanan (1997); Souza (2013) e Freitas e Teixeira (2015) argumentam que regras fiscais possuem papel fundamental na mitigação dos interesses particulares de governantes e no equilíbrio das finanças públicas. Desta forma, espera-se uma relação positiva na interação da LRF com o ano eleitoral e com as ideologias de esquerda e de direita.
<i>LRF.ESQUERDA</i> – O ano é pós LRF e o Prefeito é de esquerda	Variável dummy que capta os efeitos conjuntos da LRF e da ideologia de esquerda. Assume valor 1 (UM) se o ano for pós LRF e o prefeito for de esquerda e 0 (ZERO) em caso contrário.	Direta	
<i>LRF.DIREITA</i> – o ano é pós LRF e o Prefeito é de direita.	Variável dummy que capta os efeitos conjuntos da LRF e da ideologia de direita. Assume valor 1 (UM) se o ano for pós LRF e o prefeito for de direita e 0 (ZERO) em caso contrário.	Direta	
<i>PREF=GOV</i> – Prefeito pertence ao mesmo partido do Governador.	Variável dummy que capta os efeitos do alinhamento político entre o Prefeito e o Governador. Assume valor 1 (UM) se o prefeito pertencer ao mesmo partido do Governador e 0 (ZERO) caso contrário.	Direta	

<i>PREF=PR</i> – Prefeito pertence ao mesmo partido do Presidente da República.	Variável dummy que capta os efeitos do alinhamento político entre o Prefeito e o Presidente. Assume valor 1 (UM) se o Prefeito pertencer ao mesmo partido do Presidente e 0 (ZERO) caso contrário.	Direta	
<i>PREF=CAMARA</i> – O partido do Prefeito é coligado com a maioria dos vereadores eleitos.	Variável dummy que capta os efeitos da coalizão governamental. Assume valor 1 (UM) caso o partido do prefeito seja coligado com a maioria dos vereadores eleitos e 0 (ZERO) caso contrário.	Inversa	Os resultados apresentados por Bittencourt; Hildreth (2003) indicam que a coalizão entre os Poderes Executivo e Legislativo aumenta a probabilidade da expansão de diferentes despesas públicas.
Variáveis de Controle			
<i>PESSOAL</i> – Despesa de Pessoal.	Capta os efeitos da rigidez orçamentária, representada pelo Quociente entre a Despesa de Pessoal e a Receita Total do município.	Inversa	Resultados de Sakurai (2005) e Botelho (2002) indicam que quanto maior o comprometimento do orçamento com folha de pagamento, maior é a dificuldade de se obter resultados primários superavitários.
<i>REC_TRIBUTARIA</i> – Receita Tributária	Capta os efeitos da capacidade de arrecadação própria do município, representada pelo quociente entre a Receita Tributária e a Receita Total.	Inversa	Botelho (2002) apresenta evidências que a maior participação da receita tributária na receita total implica em maiores probabilidades dos Estados ampliarem o endividamento e obterem menores resultados primários.
<i>IDHM</i> – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	Capta os efeitos da desigualdade social medida pelo IDHM.	Direta	Singer (1999) argumenta que no Brasil o que distingue a direita da esquerda não é a busca pela igualdade social, mas as técnicas utilizadas para alcançá-la. Desta forma, os municípios com menor IDHM podem demandar maiores gastos públicos, impactando negativamente o resultado primário, sem necessariamente depender dos interesses político-partidários.
<i>PIB</i> – Produto Interno Bruto Municipal	Capta os efeitos da atividade econômica	Inversa	Nakaguma e Bender (2006) sinalizam que o crescimento do PIB implica no aumento da probabilidade da ocorrência de déficits fiscais em decorrência do aumento da demanda por serviços públicos.
<i>POP</i> – População do Município	Capta os efeitos do porte populacional do município.	Inversa	Moon; Stotsky (1993) e Sakurai e Gremaud (2007) indicam que quanto maior o porte populacional, maior é a demanda por serviços públicos e maior a probabilidade de déficits.

Nota: Elaborado pelo autor

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta seção será realizada uma análise descritiva das variáveis propostas no estudo, bem como serão apresentados os resultados obtidos por meio das regressões com dados em painel.

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS

Na tabela 1, é apresentada a estatística descritiva das variáveis de pesquisa:

TABELA 01 – ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

Variável	Obs	Média	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo
Resultado Primário (%)	1206	1,387	8,007	-44,699	70,535
Ano Eleitoral (dummy)	1206	0,254	0,435	0	1
Ano Pós-Eleitoral (dummy)	1206	0,252	0,434	0	1
Partido de Direita (dummy)	1179	0,235	0,424	0	1
Partido de Esquerda (dummy)	1179	0,356	0,479	0	1
LRF (dummy)	1206	0,829	0,376	0	1
Ano pós LRF e Eleitoral (dummy)	1206	0,191	0,393	0	1
Ano é Pós LRF e Partido é de Direita (dummy)	1179	0,195	0,396	0	1
Ano é Pós LRF e Partido é de Esquerda (dummy)	1179	0,307	0,461	0	1
Prefeito é Coligado com a maioria dos Vereadores (dummy)	1206	0,481	0,499	0	1
Prefeito é do mesmo Partido do Presidente (dummy)	1206	0,120	0,325	0	1
Prefeito é do mesmo Partido do Governador (dummy)	1206	0,192	0,394	0	1
Despesas com Pessoal (%)	1206	44,597	7,656	11,750	70,575
Receita Tributária (%)	1206	7,184	7,015	0,710	38,660
IDHM (índice)	1206	0,593	0,089	0,315	0,89
População (logaritmo)	1206	9,979	0,974	8,405	13,0547
PIB (%)	1141	820,682	435,399	272,769	3060,521

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor.

As variáveis contábeis do modelo são: Resultado Primário, Despesas com Pessoal e Receita Tributária. Conforme já relatado, todas elas, além do PIB, estão apresentadas como quocientes da receita total do respectivo município.

O município de Presidente Kennedy foi o que apresentou maior Resultado Primário (70,54% da receita total no ano de 2012). Já Vila Valério foi o município que apresentou o menor Resultado Primário da série (-44,70% no ano de 1998).

Em relação às despesas com pessoal, Presidente Kennedy apresenta o menor índice (11,75% em 2013) do período analisado. A maior relação entre despesas com pessoal e receita total foi verificada no município de Ecoporanga (70,53% em 2010).

Para as receitas tributárias o maior percentual verificado foi o do município de Guarapari (38,66% em 1999) e o menor percentual o do município de Divino São Lourenço (0,70% em 1998).

O município de Irupi apresentou o menor IDHM de toda a série (0,315 no período de 1998-1999) enquanto o município de Anchieta apresentou o maior grau de desenvolvimento humano (0,89 também no período de 1998-1999).

Os partidos do centro político foram os que mais tiveram membros como mandatários locais, em um total de 481 anos representando 40,80% das observações. Em seguida estão os partidos de esquerda totalizando 420 anos com 35,62% das observações. Os partidos de direita foram os que menos tiveram membros à frente dos municípios capixabas, em um total de 278 anos o que representa 23,58% das observações.

4.2 ANÁLISES DOS RESULTADOS

Na tabela 2 são apresentados os resultados da regressão linear com dados em painel para a variável dependente Resultado Primário:

TABELA 02 – RESULTADOS DA PESQUISA

	Estatística	Sinal	Coeficiente	Desvio Padrão	P-valor
		Esperado			
RESULTADO PRIMÁRIO	ELEITORAL	-	-2,828	1,409	0,053*
	POS_ELEITORAL	+	2,740	0,511	0,000***
	DIREITA	+	0,355	2,260	0,866
	ESQUERDA	+	-0,313	1,920	0,893
	LRF	-	-1,963	1,975	0,362
	LRF.ELEITORAL	+	5,102	1,643	0,003***
	LRF.DIREITA	+	0,228	2,329	0,922
	LRF.ESQUERDA	+	2,019	1,911	0,294
	PREF=CAMARA	+	-0,981	0,503	0,055*
	PREF=PR	+	-2,078	0,999	0,041**
	PREF=GOV	-	0,688	0,598	0,254
	PESSOAL	-	-0,418	0,065	0,000***
	REC_TRIBUTARIA	+	-0,136	0,122	0,270
	IDHM	+	14,860	4,749	0,002***
	POP	-	14,112	3,867	0,000***
	PIB	-	0,002	0,001	0,134

***, **, *Estatisticamente significantes ao nível de 1%, 5% e 10% respectivamente.

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor.

Com o objetivo de controlar os efeitos não observáveis, específicos de cada município e que podem enviesar as estimativas, foram aplicados efeitos fixos na regressão de dados em painel.

Considerando que a amostra é composta por municípios com diferentes tamanhos e perfis econômicos distintos, a fim de eliminar a heteroscedasticidade, a estimação utilizou desvios padrão robustos ajustados para agrupamento (*cluster*) no nível de cada município, totalizando, portanto, 78 agrupamentos.

Com base nos resultados da tabela 2, utilizando **Resultado Primário**, como variável dependente, as variáveis explicativas que apresentaram significância ao nível de 1% em linha com o resultado esperado foram a do ano pós-eleitoral (POS ELEITORAL), a de interação entre LRF e ano eleitoral (LRF.ELEITORAL), a de despesas com pessoal (PESSOAL) e a que capta os efeitos do IDHM. A variável explicativa que apresentou significância ao nível de 10% em linha com o resultado

esperado foi a do ano eleitoral (ELEITORAL). Já a variável da população (POP), a de similaridade partidária entre prefeito e presidente da República (PREF=PR) e a de coalização entre prefeito e Câmara dos Vereadores (PREF=CAMARA) apresentaram significância ao nível de 1%, 5% e 10% respectivamente, porém, em desacordo com os sinais esperados.

Em relação ao objetivo central da pesquisa que foi investigar se a LRF foi relevante para inibir o oportunismo fiscal e o viés ideológico partidário sobre o desempenho fiscal dos municípios capixabas, o resultado encontrado para a variável LRF.ELEITORAL sugere que nos anos eleitorais após a LRF os prefeitos capixabas passaram a produzir melhores resultados primários.

Com base nos dados do presente trabalho, o coeficiente de regressão indica que houve uma melhora de cerca de 5,10% no resultado primário nos anos eleitorais após a LRF. Este resultado condiz com a argumentação de Buchanan (1997) e a pesquisa de Freitas e Teixeira (2015) que indicam que as normas fiscais são fundamentais para inibir os interesses particulares de governantes e assegurar o equilíbrio orçamentário intertemporal. Logo, não se rejeita *H1*.

Entretanto, tal resultado deve ser encarado com restrições, pois, a indisponibilidade de dados relativos aos anos eleitorais anteriores a 2000 impossibilitou a verificação da ocorrência de eventual efeito placebo nos resultados fiscais dos anos eleitorais pré LRF.

Por outro lado, os resultados apresentados para as variáveis LRF.DIREITA e LRF.ESQUERDA sugerem que a interação da LRF com as ideologias partidárias não teve efeitos heterogêneos sobre o resultado primário dos municípios capixabas. Isto implica dizer que, do ponto de vista estatístico, a vigência da LRF não influenciou de

forma significativa os padrões ideológicos de esquerda e direita a produzirem melhores ou piores resultados primários. Desta forma, rejeita-se *H2*.

Ademais, as variáveis de ideologia (DIREITA; ESQUERDA) também não apresentaram influência significativa sobre o resultado primário. Estes resultados apesar de não confirmarem as conclusões de Cossio (2001) e Arvate et al (2008) estão em linha com os resultados apresentados por Botelho (2002) e Nakaguma e Bender (2006).

A variável LRF apresentou resultados surpreendentes. Condizente com a teoria da Escolha Pública esperava-se que esta variável apresentasse sinal positivo sugerindo que a LRF foi relevante para melhorar o resultado primário. Porém, a variável além de não se mostrar estatisticamente significativa também apresentou sinal negativo, contrariando o esperado. Conclui-se que, para a amostra utilizada, não é possível afirmar que a LRF, por si só, foi relevante para produção de melhores resultados primários por parte dos municípios capixabas.

Importante destacar que, muito embora a LRF tenha sido aprovada no exercício de 2000, a primeira regulamentação a respeito da elaboração e divulgação dos resultados fiscais veio ser apresentada somente no final do exercício de 2008 por meio da Portaria STN nº 577, de 15 de outubro de 2008, a qual aprovou a 1ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF. Ressalta-se ainda que, apesar da aludida Portaria ser válida a partir do exercício de 2009, o fato da mesma ter sido apresentada no final do exercício de 2008, fez com que sua aplicação tenha sido prejudicada no exercício seguinte, pois, nesta ocasião, as Leis Orçamentárias Anuais dos municípios para o exercício de 2009 já se encontravam elaboradas e encaminhadas aos Legislativos Municipais.

Neste sentido, a apuração e divulgação dos resultados fiscais por meio da execução orçamentária efetivamente regulamentada para tais fins veio ocorrer somente a partir do exercício de 2010. Desta feita, a falta de regulamentação em grande parte do período da análise pode ter contribuído para a variável LRF não ter se apresentado estatisticamente significativa na amostra utilizada para a pesquisa.

De qualquer modo, os resultados apresentados para a variável LRF não confirmam os apresentados por Nakaguma e Bender (2006) que encontraram evidências indicando que a LRF foi relevante para a redução do custeio dos estados brasileiros. Por outro lado, estão alinhados com o estudo de Videira e Matos (2011) que não encontrou significância estatística para a LRF nas despesas dos municípios brasileiros.

A relação inversa encontrada no presente estudo para a LRF também condiz, ainda que parcialmente, com os resultados encontrados por Fioravante et al (2006). Pois, conforme a linha de argumentação destes autores, a má “calibragem” dos limites estabelecidos na LRF pode ter possibilitado distorções no comportamento fiscal dos municípios, fazendo com que a LRF não se demonstrasse estatisticamente significativa para a probabilidade de obtenção de melhores resultados primários.

Os resultados estatisticamente significativos com os sinais esperados para as variáveis ELEITORAL e POS ELEITORAL sugerem que os resultados primários dos municípios capixabas seguem uma tendência cíclica decorrente do calendário eleitoral. Este ciclo político oportunista é caracterizado pela tendência deficitária representada pela relação negativa verificada no ano eleitoral e pela tendência superavitária representada pela relação positiva verificada no ano pós-eleitoral, corroborando o modelo teórico de Rogoff (1990) e os resultados de Kraemer (1997); Cossio (2001); Sakurai (2005) e Nakaguma e Bender (2010).

Já os resultados das variáveis pertinentes ao modelo partidário dos ciclos políticos não confirmam a perspectiva de Rogoff (1990) em relação aos efeitos da ideologia partidária nos entes subnacionais. Pois, pelo menos em relação aos municípios capixabas, com base na amostra utilizada no presente estudo, não se pode afirmar que o governo local seja o nível mais adequado para se verificar as influências da ideologia no comportamento fiscal de governantes.

O resultado apresentado para a variável PREF=CAMARA sugere que a coligação do Prefeito com a Câmara dos Vereadores possui relação inversa com o superávit primário. Este resultado confirma o estudo de Bittencourt e Hildretch (2003) que encontrou relação direta estatisticamente significativa entre a coalizão governamental e o expansionismo fiscal. Por outro lado, difere de Cossio (2001) que encontrou relação inversa em relação aos estados brasileiros.

A similaridade partidária entre o Prefeito e o Presidente da República (PREF=PR), apresenta relação inversa ao nível de 5% de significância, sugerindo a existência do que a literatura de finanças públicas denomina como “efeito papel de mosca” (*flypaper effect*).

Esta expressão cunhada por Arthur Okun simboliza o efeito “adesivo” (como papel de mosca) que as transferências intergovernamentais causam na estrutura fiscal do ente receptor. Apesar de serem temporárias, estas transferências causarão um impacto permanente nos gastos, pois, uma vez criadas, as despesas não serão extintas (INMAN, 2008).

Desta forma, os maiores volumes de atividades implementadas por meio das transferências voluntárias recebidas pelos Prefeitos alinhados com o Presidente da República não serão extintos automaticamente após as receitas de transferências cessarem. Neste sentido, os resultados da pesquisa sugerem que a similaridade

partidária com Presidente da República aumenta a probabilidade dos Prefeitos produzirem menores resultados primários.

Por outro lado, em linha com Sakurai e Gremaud (2007), não há indícios de que a similaridade partidária do Prefeito com o Governador do Estado (PREFGOV) represente diferença estatística no resultado primário dos municípios capixabas.

A relação inversa ao nível de 1% de significância para a rigidez orçamentária (Pessoal) indica que quanto maior o grau de comprometimento do orçamento com folha de pagamento, menor é a probabilidade de o Prefeito produzir superávits primários. Este resultado ratifica os estudos de Botelho (2002) e Sakurai (2005) que apresentaram resultados semelhantes.

Apesar de ter apresentado a relação inversa esperada, a ausência de valor estatisticamente significativo para a variável REC_TRIBUTARIA sugere que a capacidade de arrecadação própria não exerce influência estatisticamente significativa sobre o resultado primário dos municípios capixabas. Uma das razões deste resultado pode ser o baixo grau de participação das receitas tributárias na receita total. Conforme apresentado na análise descritiva das variáveis, a receita tributária representa em média 7% da receita total dos municípios capixabas. Neste sentido, esta baixa representatividade pode ter acarretado a ausência de influência estatisticamente significativa no resultado primário. A pesquisa de Sakurai (2005) encontra resultados semelhantes para os municípios paulistas.

O indicador IDHM também apresentou resultado significativo com sinal esperado sugerindo que os municípios com menores desigualdades sociais apresentam maior probabilidade de produzirem superávits primários. Já o indicador do PIB não apresentou significância estatística.

O indicador da população (POP) apresentou sinal diferente do esperado ao nível de 1% de significância. A relação direta verificada para esta variável difere do Sakurai e Gremaud (2007) indicando que, pelo menos no caso dos municípios capixabas o maior porte populacional implica no aumento da probabilidade da produção de melhores resultados primários.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como principal objetivo investigar se a LRF foi relevante para mitigar as influências dos interesses político-partidários sobre o desempenho fiscal dos municípios capixabas e os impactos da LRF sobre estas influências no período de 1998 a 2013, utilizando como indicador de desempenho fiscal o Resultado Primário. Sua principal contribuição metodológica foi propor um modelo para analisar os efeitos da LRF *versus* interesses político-partidários sobre o Resultado Primário.

Em linha com a corrente literária que ressalta a importância das regras fiscais, os resultados indicaram que a interação LRF *versus* ano eleitoral aumentou a probabilidade dos municípios capixabas produzirem melhores resultados primários. Este resultado ganha ainda mais relevância quando verificado que o ano eleitoral quando analisado singularmente, exerce efeito inverso sobre o resultado primário.

Já a ausência de significância estatística para a interação LRF *versus* ideologia partidária parece condizer com o senso comum de que, pelo menos no âmbito municipal, os partidos políticos são meras “siglas” que não representam nenhuma postura ideológica de fato. Tal raciocínio também condiz com a ausência de significância estatística verificada para as variáveis pertinentes às ideologias de esquerda e de direita.

A pesquisa também encontrou evidências da ocorrência de manipulações fiscais com fins oportunistas nos municípios capixabas. Corroborando o modelo tradicional de Rogoff (1990), no ano eleitoral foi verificada uma tendência fiscal expansionista seguida por uma tendência contracionista no ano imediatamente posterior.

Ademais, os resultados indicam que municípios cujos prefeitos são coligados com a maioria dos vereadores tendem a produzir menores resultados primários.

Neste sentido, as evidências obtidas nesta pesquisa confirmam, principalmente, que os interesses eleitorais dos mandatários municipais exercem influências negativas sobre o desempenho fiscal dos municípios capixabas e que as restrições contidas na LRF para o período eleitoral foram relevantes para mitigar os efeitos deste oportunismo.

Como sugestão para futuras pesquisas, propõem-se trabalhos que possam avaliar as burlas à LRF por meio dos gerenciamentos de resultados e seus impactos nos ciclos políticos e no desempenho fiscal.

REFERÊNCIAS

ALESINA, A. Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game. **Quarterly Journal of Economics**, v. 102, pp. 651-678, 1987.

ALESINA, A.; ROUBINI, N. Political cycles in OECD economies. **Review of Economic Studies**, n. 59, p. 663-688, Oct. 1992.

ALT, J.E.; Lowry, R.C. Divided government, fiscal institutions, and budget deficits:evidence from the states. **The American Political Science Review**, v. 88, n. 4,p. 811-828, 1994

ARVATE, Paulo Roberto; AVELINO, George; LUCINDA, Claudio Ribeiro. Existe influência da ideologia sobre o resultado fiscal dos governos estaduais brasileiros? **Estudos Econômicos**. São Paulo v.38 n. 4, pp: 789-814, 2008.

_____. A Influência da Ideologia na Definição dos gastos totais e Sociais dos Governos Estaduais Brasileiros. **ANPAD. Encontro de Administração Pública e Governanças**. São Paulo, 2006.

BITTENCOURT, Jeferson Luis et al. Ciclo político na economia brasileira: um teste para a execução orçamentária dos governos estaduais-1983/2000. In: **Anais do XXXI Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 31th Brazilian Economics Meeting]**. ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pósgraduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics], 2003.

BUCHANAN, James M., and Robert D. Tollison. **The Theory of public choice-II**. University of Michigan Press, 1984.

BUCHANAN. The balanced budget amendment: Clarifying the arguments March1997, Volume 90, **Issue** 1-4, pp 117-138, 1997.

BOTELHO, Ricardo. Determinantes do Ajuste Fiscal dos Estados Brasileiros. Brasília: ESAF, 2002. Monografia premiada em 3º lugar no **VII Prêmio Tesouro Nacional - 2002**, Ajuste Fiscal e Dívida Pública, Brasília, 2002

BUTLER, Eamonn. Public Choice-A Primer. **Institute of Economic Affairs Occasional Paper**, v. 147, 2012.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas. Diário Oficial da União, Brasília, 05 mai. 2000. Disponível em: >www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 14 Dez 2015.

_____. Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000. Dispõe sobre os crimes contra as finanças públicas. Diário Oficial da União, Brasília, 20 out. 2000. Disponível em >www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10028.htm>. Acesso em: 14 Dez 2015.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF. 6 ed. Brasília, 2014. STN.

BRENDER, A.; DRAZEN, A. Political budget cycles in new versus established democracies. **Journal of Monetary Economics**, vol. 52, n. 7, p. 1271-1295, out. 2005.

_____. A. How do budget deficits and economic growth effect reelection prospects? Evidence from a large panel of countries. **American Economic Review**, v. 98, p. 2203–2220, 2008

CARREIRÃO, Yan de Souza. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em santa catarina. **Opinião Pública**. Campinas, v. 12, n. 1, p. 136-163, abr/mai. 2006.

_____. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidência de 2006. **Opinião Pública**, v. 13, n. 2, p. 307-339, nov. 2007.

CARVALHO JR; Antonio Carlos d'Ávila; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Entendendo Resultados Fiscais**. 1ª ed., Brasília: Gestão Pública, 2015.

COELHO, C. A. C. Ciclos Político Econômicos e o Poder Local. 2004. 143 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade do Minho – Escola de Economia e Gestão, Minho, 2004.

COPPEDGE, Michael. **A classification of Latin American political parties**. The Helen Kellogg Institute for international Studies, Working Paper Series #244, 1997.

COSSIO, Fernando Andrés Blanco et al. O comportamento fiscal dos estados brasileiros e seus determinantes políticos. **Economia**, v. 2, n. 1, p. 207-258, 2001.

DALMONECH, Luiz Fernando; TEIXEIRA, Arilton; SANT'ANNA, José Mario Bispo. The law of fiscal Responsibility nº101 of the year 2000: the impact ex-post in the finances the Brazilian states. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 4, p. 1173-1196, 2011.

DIAS, Marcia Ribeiro; MENEZES, Daiane Boelhouwer; DA CUNHA FERREIRA, Geison. “A quem serve o Graal?": um estudo sobre a classificação ideológica dos partidos políticos através de seus projetos de lei na Alergs (2003 a 2006). **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 12, n. 2, p. 209-235, 2012.

DOWNS, A. N. A Economic Theory of Political Action in a Democracy. **Journal of Political Economy**, Chicago, vol. 65, no 2, p. 135-150, abr. 1957.

DRAZEN, Allan. The political business cycle after 25 years. **NBER Macroeconomics Annual 2000**, Volume 15. MIT Press, p. 75-138, 2001.

FERREIRA, I.F.S; BUGARIN, M.S. Transferências Voluntárias e Ciclo Político-Orçamentário no Federalismo Fiscal Brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, v. 61, n.3, pp. 271-300, Rio de Janeiro, jul./set. 2007

FIALHO, T. M. Testando a Evidência de Ciclo Político no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v.51, n,3, p.379-89, jul./set. 1997.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

FIORAVANTE, Dea Guerra; PINHEIRO, Maurício Mota Saboya; VIEIRA, Roberta da Silva. Lei de responsabilidade fiscal e finanças públicas municipais: impactos sobre despesas com pessoal e endividamento, 2006.

FREITAS, Lucy Fátima de Assis; TEIXEIRA, Arilda Magna Campagnaro. Sustentabilidade Financeira e Gestão Fiscal Responsável: um estudo sobre as capitais dos estados brasileiros no período de 2000 a 2012. **IX Congresso ANPCONT**. Curitiba-PR, 31/mai a 03/jun de 2015.

FREY, Bruno; LAU, Lawrence J. Towards a mathematical model of government behaviour. **Journal of Economics**, v. 28, n. 3, p. 355-380, 1968.

FUCAPE. *Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos*. Disponível em: <<http://www.fucape.br>>. Acesso em: 07/03/2016

GIUBERTI, Ana Carolina et al. Lei de Responsabilidade Fiscal: efeitos sobre o gasto com pessoal dos municípios brasileiros. **Anais do XXXIII ANPEC**, 2005.

GUJARATI, D. **Econometria básica**. 4^a ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

Hibbs, Douglas A. Political parties and macroeconomic policy. **American political science review** 71.04: pp. 1467-1487, 1977.

INMAN, Robert P. Do balanced budget rules work? US experience and possible lessons for the EMU. **National Bureau of Economic Research**, 1996.

_____. The flypaper effect. **National Bureau of Economic Research**, 2008.

KINKO, **Radiografia do quadro partidário brasileiro**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1993.

KNEEBONE, R.; MACKENZIE, K. Electoral and partisan cycles in fiscal policy: an examination of Canadian provinces. **International Tax and Public Finance**, v. 8, p. 753-774, 2001.

KRAEMER, Moritz et al. Electoral Budget Cycles in Latin America and the Caribbean: Incidence, Causes, and Political Futility. **IDB Working Paper Series**, 1997.

LUQUE, Carlos Antonio; SILVA, Vera Martins. A lei de responsabilidade na gestão fiscal: combatendo falhas de governo à brasileira. *Revista de Economia Política*, v. 24, n. 3, p. 404-421, 2004.

MCCALLUM, Bennett T. The political business cycle: An empirical test. ***Southern Economic Journal***, p. 504-515, 1978.

MILESI-FERRETTI, Gian Maria. Good, bad or ugly? On the effects of fiscal rules with creative accounting. ***Journal of Public Economics***, v. 88, n. 1, p. 377-394, 2004.

MENEZES, Rafael Terra de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Regras fiscais no Brasil: a influência da LRF sobre as categorias de despesa dos municípios. ***Planejamento e Políticas Públicas***, n. 29, 2009.

MOON, C.-G.; STOTSKY, Janet Gale. Testing the differences between the determinants of Moody's and Standard & Poor's ratings: an application of smooth simulated maximum likelihood estimation. ***Journal of Applied Econometrics***, v. 8, n. 1, p. 51-69, 1993.

NAKAGUMA, Marcos Yamada; BENDER, Siegfried. A emenda da reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal: impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos Estados (1986-2002). ***Economia Aplicada***, v. 10, n. 3, p. 377-397, 2006.

_____. Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. ***Revista Brasileira de Economia***, v. 64, n. 1, p. 3-24, 2010.

NORDHAUSS, W. The political business cycle. ***Review of Economic Studies***, v. 42, n.2, p. 169-190, 1975.

OLIVEIRA, Weder de. ***Curso de responsabilidade fiscal: direito, orçamento e finanças públicas***. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

POTERBA, James M. Taxation and housing: Old questions, new answers. ***National Bureau of Economic Research***, 1992.

RODRIGUES, L. M. Partidos, ideologia e composição social. ***Revista Brasileira de Ciências Sociais***, v. 17, n. 48, p. 31-47, 2002.

ROGOFF, Kenneth S. EQUILIBRIUM POLITICAL BUDGET CYCLES. ***American Economic Review***, v. 80, p. 21-36, 1990.

SAKURAI, Sergio Naruhiko. Déficit e Ajuste Fiscal dos Municípios Paulistas: Uma Análise para o Período 1989-2001 via dados em painel. ***Revista Economia***, Brasília, v. 6, n. 2, p. 463-488, jul/dez 2005.

_____; GREMAUD, Amaury Patrick. Political business cycles: evidências empíricas para os municípios paulistas (1989-2001). ***Economia Aplicada***, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 27-54, jan/mar 2007.

_____. Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-58, 2009.

SEITZ, H. Fiscal policy, deficits and politics of subnational governments: the case of the German Laender. **Public Choice**, v. 102, n. 3-4, 2000

SARGENT, Thomas J.; WALLACE, Neil. "Rational" Expectations, the Optimal Monetary Instrument, and the Optimal Money Supply Rule. **The Journal of Political Economy**, p. 241-254, 1975.

STEIN, E. Fiscal Decentralization and government size in Latin América. **Journal of Applied Economics**, vol. number 2, 357-391, 1997.

SOUZA, Saulo. De regras, austeridade e oportunismo: notas modernas sobre um antigo dilema. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v. 2, n. 3, p. 130-159, 2013.

TAVARES, José. Does right or left matter? Cabinets, credibility and fiscal adjustments. **Journal of Public Economics** 88.12, pp. 2447-2468, 2004.

TSEBELIS, George. Decision Making in Political Systems: Veto Players in Presidentialism, Parliamentarism, Multicameralism and Multipartyism. **British Journal of Political Science**, p. 289-325, 1995.

WERNECK, Rogério LF. Federalismo fiscal e política de estabilização no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 49, n. 2, p. 375-390, 1995.

VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues; DO NASCIMENTO, Leonardo Silveira. A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: um enfoque contábil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 14, p. 106-126, 2012.

VIDEIRA, Raphael Almeida; MATTOS, Enlinson. Ciclos políticos eleitorais e a interação espacial de políticas fiscais entre os municípios brasileiros. **Economia Aplicada**, v. 15, n. 2, p. 259-286, 2011.

VON HAGEN, Jürgen et al. Fiscal rules, fiscal institutions, and fiscal performance. **Economic and Social Review**, v. 33, n. 3, p. 263-284, 2002.

VON HAGEN, Jürgen; WOLFF, Guntram B. What do deficits tell us about debt? Empirical evidence on creative accounting with fiscal rules in the EU. **Journal of Banking & Finance**, v. 30, n. 12, p. 3259-3279, 2006.

ZUCCO Jr., Cesar, Esquerda, Direita e Governo: A Ideologia dos Partidos Políticos Brasileiros, in Timothy J. Power e Cesar Zucco Jr. (orgs.), **O Congresso por Ele Mesmo: Auto percepções da Classe Política Brasileira**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2011.